

128

PLANO COMUNITÁRIO DE URBANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS - PROCESSO DE OCUPAÇÃO E CONFRONTAMENTO COM A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA.*Marina Toneli Siqueira, Luís Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche Pimenta (orient.)* (Arquitetura e Urbanismo, Núcleo CIDADHIS, UFSC).

O Maciço Central de Florianópolis, conhecido também como Morro da Cruz, vem sendo objeto de inúmeras discussões e trabalhos no sentido de entender a sua dinâmica e estabelecer parâmetros para a sua ocupação. Os processos de ocupação promoveram, no decorrer do tempo, o estabelecimento da hierarquização dos espaços e a segregação entre os diferentes grupos populacionais. Através da análise de fotos-aéreas de diversas épocas (1966, 1978, 1998 e 2000) e a sobreposição do zoneamento previsto nos Planos Diretores de Florianópolis às mesmas, assim como o estudo e confronto com outras leis - tanto municipais como federais - e o Código Florestal, pode-se visualizar o crescimento da ocupação em detrimento das áreas verdes, as diversas formas de apropriação do espaço e a regularidade, ou não, em relação à legislação vigente. O crescimento urbano da cidade, principalmente após a década de 70, "subiu" as encostas do Morro da Cruz. A cobertura vegetal, composta pela Mata Atlântica, encontra-se hoje descaracterizada e limitada. A presença de uma antiga e expressiva comunidade de baixa renda no local, ocupando uma área considerada de Preservação Permanente questiona a sua legitimação e os seus direitos aos serviços públicos. Sucessivas administrações públicas estabelecem ações pontuais de propaganda ambiental ou assistencialista, mas se recusam a admitir, em nome da preservação, a própria existência da população na área. A presença de um loteamento de alta renda numa área de encosta, portando conflito jurídico por defrontar com as legislações e códigos florestais federais que protegem estas áreas, levanta o questionamento das leis urbanas e a desigual aplicação perante as diversas classes sociais. Em síntese, o levantamento realizado demonstra a inobservância do Plano Diretor municipal e dos diversos órgãos públicos, assim como as pressões exercidas por grupos sócio-econômicos, culminando em medidas repressivas ou permissivas de acordo com os interesses especulativos.